



REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se
Publique - se
O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Considerando que:

A 19 de abril, na resposta à Pergunta n.º 3639/XIII/2.^a, de 22 de março, sobre o “Mouchão da Póvoa”, da autoria dos Deputados do CDS-PP abaixo assinados, o Gabinete Senhor do Ministro do Ambiente afirma que “durante o mês de abril, e após visitas exploratórias, a APA (Agência Portuguesa do Ambiente) procedeu ao levantamento das necessidades no terreno, apurando qual o tipo de intervenção técnica a realizar para reparação do rombo do Mouchão da Póvoa. No seguimento desta análise está a ser preparado o caderno de encargos que possibilita a posterior adjudicação do projeto de execução e a contratação da empreitada”.

Referia ainda a resposta enviada ao GP CDS-PP que “é nossa intenção que a obra esteja concluída até outubro do corrente ano, **sendo a mesma suportada por recursos financeiros do Fundo Ambiental**”.

Antes disso, a 21 de março, o jornal “O Mirante” dava conta de que “numa nota enviada à agência Lusa, fonte do Ministério do Ambiente admite que o mouchão se encontra «em avançado estado de degradação» e referiu que já foi pedida à APA que elabore um «plano de intervenção, cofinanciado pelo Fundo de Intervenção Ambiental», que impeça o continuado alagamento daquela ilha do rio Tejo”.

A mesma nota sublinhava, ainda segundo o jornal “O Mirante”, que “a área afetada «ainda se situa no domínio público» mas, tendo «utilização privada, competiria à empresa proprietária proceder à realização das obras». Nesse sentido, a tutela ressalva que terá de ser mais tarde «ressarcida pelos custos da intervenção de emergência»”.

Também a 20 de março, a presidente do CDS-PP, Assunção Cristas, visitou os mouchões de Vila Franca de Xira e alertou o Governo para a necessidade de uma intervenção urgente, alertando que o estado atual do Mouchão da Póvoa coloca em causa a biodiversidade do estuário do Tejo e a atividade agrícola ali existente. Na sequência da visita, o CDS-PP

questionou o Ministério do Ambiente, conforme acima referido.

Na sua última edição, o jornal “O Mirante” publica uma notícia com o título “Governo quer que município participe obras no Mouchão da Póvoa”, na qual se refere que “o Governo e a Câmara de Vila Franca de Xira estão num jogo do empurra para saber quem vai pagar a maioria dos custos com a reparação dos diques do Mouchão da Póvoa, cujos danos podem levar à submersão de parte dessa ilha no Tejo. O Governo prometeu obras no local financiadas pelo fundo de emergência mas entretanto pediu à câmara que pague a realização de um estudo hidrológico no mouchão e ainda financie 60 por cento da intervenção. O fundo ambiental do Estado pagará os restantes 40 por cento”.

No entanto, e ainda segundo a mesma notícia, a autarquia não terá sido informada, em concreto, sobre quanto é que as obras poderão custar.

Não obstante estarem no leito do rio, os mouchões são propriedade privada. Todos eles servem de refúgio às mais de 100.000 aves aquáticas que os procuram, seja para nidificar, seja para invernar, situação esta que depende da existência da atividade humana, uma vez que estas aves procuram refúgio e alimento nos restolhos, prados e caniçais. Por todos estes motivos, os mouchões estão identificados no Plano de Ordenamento da RNET (PORNET) como ‘áreas de intervenção específica’, nos quais são prioritários “a realização de ações para a recuperação dos habitats e da paisagem, a manutenção das utilizações necessárias à conservação dos recursos naturais e a promoção de ações de investigação científica e de sensibilização, bem como de desenvolvimento local”, nomeadamente “manter a integridade física dos mouchões e dos seus habitats naturais, designadamente através da contenção dos processos erosivos que ameaçam a sua estabilidade e através da promoção de atividades sustentáveis”.

Os mouchões têm um sistema de diques que permite gerir as marés, evitando que a cunha salina invada o solo agrícola, danificando-o de forma permanente, mas, no início de 2016, um rompimento de um dos diques do mouchão da Póvoa, veio colocar em risco a manutenção do equilíbrio deste ecossistema e dos seus valores ambientais.

Esta nossa convicção é confirmada pelo facto de o rombo ter passado de um comprimento de 15 metros em maio de 2016, quando a APA confirmou a situação, para mais de 80 metros de acordo com informações posteriores.

Sendo certo que o mouchão é propriedade privada, é certo também que está em causa um bem público que é a biodiversidade e a riqueza única deste ecossistema.

Assim:

Tendo em conta o disposto no artigo 156.º, alínea d) da Constituição, e as normas regimentais aplicáveis, nomeadamente o artigo 229.º do Regimento da Assembleia da República, cujo n.º 3 fixa em 30 dias o limite do prazo para resposta;

Os Deputados do CDS-PP, abaixo-assinados, vêm por este meio requerer ao senhor Ministro do Ambiente, por intermédio de Vossa Excelência, nos termos e fundamentos que antecedem, respostas às seguintes perguntas:

1.É verdade que o Governo pediu à Câmara Municipal de Vila Franca de Xira que pague a realização de um estudo hidrológico no mouchão e ainda financie 60% da intervenção?

2.O que é que motivou esta decisão, que contraria o que foi anunciado publicamente em março e a resposta que o Gabinete de V. Exa. deu à pergunta do CDS-PP, afirmando que estava a ser “preparado o caderno de encargos que possibilita a posterior adjudicação do projeto de execução e a contratação da empreitada”, e que a obra seria “suportada por recursos financeiros do Fundo Ambiental”?

Palácio de São Bento, terça-feira, 23 de Maio de 2017

Deputado(a)s

PATRÍCIA FONSECA(CDS-PP)

ÁLVARO CASTELO BRANCO(CDS-PP)